

tos gerais e especiais exigidos, conforme requerimento de modelo tipo a fornecer por esta Câmara Municipal.

10 — As falsas declarações prestadas são puníveis nos termos da lei.

11 — A publicação das listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final será feita nos termos do estipulado nos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, consoante os casos.

12 — O local de trabalho é na área do concelho de Ponta Delgada.

13 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr. João Nuno Borba Vieira Almeida e Sousa, chefe da Divisão Administrativa.

Vogais efectivos:

Arquitecta Maria da Graça Estrela Roque Costa Matos, directora do Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria Adriana Pereira de Medeiros, chefe da Repartição de Recursos Humanos.

Vogais suplentes:

Mabília da Conceição Medeiros Cruz Costa Pacheco, chefe de secção.
Ana Maria Couto Rodrigues Cabral, assistente administrativa.

26 de Setembro de 2006. — O Presidente do Júri, *João Nuno Borba Vieira Almeida e Sousa*. 1000306301

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Aviso

Para cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho do presidente de 13 de Setembro, procedo à renovação da contratação a termo resolutivo certo com Ricardo Jorge Ribeiro Meneses Mariano, por mais um ano, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

21 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui M. Oliveira Costa*. 1000306339

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 228/2006/DRH

Contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo, pelo prazo de um ano, com Vítor Manuel Clemente Lourenço, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2006 e termo em 15 de Setembro de 2007, para a categoria de assistente administrativo, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º e 10.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública), 139.º e 140.º, ambos do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), e 14.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Agosto de 2006. — A Presidente da Câmara, em exercício, *Maria das Dores Marques Banheiro Meira*. 1000306311

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 69/2006

Concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista Nomeação

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho de 22 de Setembro de 2006, se procedeu à nomeação de Mena Paula Silva

Contreiras Amador para assistente administrativa especialista, classificada no concurso referido em epígrafe, cujo aviso de abertura de 9 de Maio de 2006, foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 108, de 5 de Junho de 2006.

A candidata nomeada deve apresentar-se a tomar posse no lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

22 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Albino Manuel André Roque*. 1000306320

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA

Aviso n.º 33/2006/SPAP

Para os devidos efeitos se faz público que, na sequência de concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe (licenciatura em Direito), do grupo de pessoal técnico superior, recrutamento excepcional para lugar de acesso, aberto por publicação de aviso no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 72, de 25 de Março de 2004, e nos termos do despacho do presidente da Câmara de 29 de Setembro de 2006, foi nomeada, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, em lugar vago na categoria de técnico superior de 1.ª classe (licenciatura em Direito), do grupo de pessoal técnico superior, conforme lista de classificação final homologada, a candidata Maria Alexandra Coelho Bento Barbosa, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 2 de Outubro de 2006, motivada pela urgente necessidade de início de funções do Gabinete Jurídico. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*. 1000306349

Aviso n.º 34/2006/SPAP

Para os devidos efeitos se faz público que, na sequência de concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Direito), do grupo de pessoal técnico superior, aberto por publicação de aviso no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 72, de 25 de Março de 2004, e nos termos do despacho do presidente da Câmara de 29 de Setembro de 2006, foi nomeada, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, em lugar vago na categoria de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Direito), do grupo de pessoal técnico superior, conforme lista de classificação final homologada, e após dispensa de estágio por estarem reunidos os requisitos que o permitem, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas constante do auto de reclamação n.º 87/96 e do Acórdão n.º 100/98, de 5 de Maio — 1.ª S/SS, a candidata Patrícia Micaela da Costa Alves Oliveira Ramos. A candidata deverá aceitar a nomeação, no prazo de 20 dias a contar da data desta publicação. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*. 1000306308

Aviso n.º 35/2006/SPAP

Para os devidos efeitos se faz público que, na sequência de concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Educação Física), do grupo de pessoal técnico superior, aberto por publicação de aviso no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 72, de 25 de Março de 2004, e nos termos do despacho do presidente da Câmara de 29 de Setembro de 2006, foi nomeado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, em lugar vago na categoria de técnico superior de 2.ª classe (licenciatura em Educação Física), do grupo de pessoal técnico superior, conforme lista de classificação final homologada, e após dispensa de estágio por estarem reunidos os requisitos que o permitem, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas constante do auto de reclamação n.º 87/96 e do Acórdão n.º 100/98, de 5 de Maio — 1.ª S/SS, o candidato Rui Francisco Figueiredo Alves, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 2 de Outubro de 2006, motivada pela urgente necessidade de recursos humanos para o normal funcionamento das instalações desportivas municipais e para que as mesmas continuem a